

REVISTA MARACANAN

Dossiê

A representatividade feminina da Independência do Brasil no acervo da Biblioteca Histórica do Itamaraty no Rio de Janeiro

*The female representativeness on Brazil's Independence in the collection of
the Historical Library of Itamaraty in Rio de Janeiro*

Anderson Leonardo de Azevedo*

Museu Histórico e Diplomático (ERERIO/MRE)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido em: 13 jul. 2022.

Aprovado em: 20 out. 2022.



* Responsável técnico pela Biblioteca Histórica do Itamaraty, vinculada ao Museu Histórico e Diplomático do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro (ERERIO/MRE). Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Educação Profissional em Saúde pela Fiocruz. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais. (anderson.azevedo@itamaraty.gov.br)

Resumo

No ano em que se comemora o bicentenário da Independência do Brasil, torna-se oportuno destacar personagens pouco evidenciadas, resgatando o papel desempenhado pelas mulheres nesse evento, uma vez que a própria literatura pouco se dedicou a elas. O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão de literatura acerca das obras pertencentes ao acervo da Biblioteca Histórica do Itamaraty, no Rio de Janeiro, que abordam a trajetória das mulheres que participaram do evento da Independência do Brasil em 1822. Identificou-se até o momento no acervo da biblioteca o total de dez obras abordando a atuação de mulheres no processo de Independência do Brasil. As obras, em maioria, são referentes à Imperatriz Leopoldina. Outras mulheres mencionadas são Joanna Angélica, Maria Quitéria e as senhoras baianas e paulistas, com menor destaque. Percebe-se a ausência de informações sobre outras personalidades femininas envolvidas no referido evento.

Palavras-chave: Biblioteca Histórica do Itamaraty. Mulheres. Independência do Brasil.

Abstract

In the year in which the bicentennial of the Independence of Brazil is celebrated, it is important to highlight characters with little evidence, restoring the role played by women in this event, since they have not been enough depicted by literature itself. The objective of this article is to present a literature review about the works belonging to the collection of the Historical Library of Itamaraty in Rio de Janeiro, which approach the trajectory of the women who participated in the event of the Independence of Brazil in 1822. So far, a total of ten works addressing the role of women in the process of Independence of Brazil have been identified in the library's collection. Most of the works are references to Empress Leopoldina. Other women mentioned are Joanna Angélica, Maria Quitéria and women from Bahia and São Paulo, with less emphasis. One notices the absence of information about other female personalities involved in the aforementioned event.

Keywords: Historical Library of Itamaraty. Woman. Independence of Brazil.

Introdução

No ano em que se comemora o bicentenário da Independência do Brasil, torna-se oportuno destacar personagens pouco evidenciadas, tanto na história do país como no dia a dia da população. É importante resgatar o papel desempenhado pelas mulheres nesse evento histórico, uma vez que a própria literatura pouco se dedicou a elas durante os anos seguintes a tal acontecimento.

Em discurso proferido no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), Lyra (2005) menciona que o papel da mulher, por costume, sempre foi limitado ao espaço interno das casas, e que sua atuação na sociedade sempre foi restrita à igreja e ao âmbito familiar. “A ela não era permitido desempenhar atividades no espaço público, nem tão pouco estabelecer relações políticas”.

Contudo há registros que comprovam a existência de grupos formados exclusivamente por mulheres que atuaram na esfera pública em diversos momentos da história desde o século XVII. Em momentos de crise, elas não hesitaram em romper a barreira que lhes era imposta para atuar politicamente na sociedade (LYRA, 2006).

Samara (1989) e Guerra Filho (2015) concordam que o silêncio quanto à atuação feminina na historiografia brasileira pode ser consequência do estereótipo estabelecido do marido dominador e da mulher submissa, perpetuado na literatura por escritores, em sua maioria, homens. A imagem da mulher foi estigmatizada ao seu desempenho, quase sagrado, em função do lar e da família, o que reforçava a manutenção dos privilégios masculinos (cf. SAMARA, 1989).

Essa omissão de nomes de mulheres na história, assim como a ausência de referências diretas a pessoas oriundas das camadas mais populares da sociedade são evidências disso, reflexos de uma sociedade patriarcal em que o protagonismo político é puramente representado pelos homens brancos e ricos (GUERRA FILHO, 2015).

Slemian e Teles (2022) afirmam que as mulheres, apesar de silenciadas, estiveram inseridas no debate público com posturas ativas e até mesmo críticas à política em diversos momentos da história:

Hoje se sabe como eram numerosas as mulheres – conhecidas e desconhecidas, brancas, pardas, negras e indígenas – que cuidavam de suas famílias, propriedades e negócios, algumas constituindo-se verdadeiras matronas. As estratégias das mulheres, que tantas vezes engajaram-se na tentativa de obter ou ampliar direitos civis, são extremamente importantes, mesmo quando se davam dentro dos limites que lhes eram demarcados. (SLEMIAN & TELES, 2022)

Nesse sentido, Dias (1994) aponta para a necessidade de resgatar e mostrar a representatividade das mulheres e a sua pluralidade enquanto sujeitos históricos – mulheres atuantes e seus papéis na formação da sociedade brasileira.

Em relação ao advento histórico da Independência do Brasil, por óbvio, não se pode deixar de mencionar Dona Leopoldina, que foi a primeira Imperatriz do Brasil e é também reconhecida como importante, senão a principal articuladora do movimento que levou D. Pedro a proclamar a Independência do Brasil. Em um momento histórico em que não havia reconhecimento público à mulher, D. Leopoldina revelou-se habilidosa assessora política que, atuando como Regente e presidindo o Conselho de Estado, estimulou o marido a proclamar a Independência. Mulher culta e decidida, mãe dedicada, com elevados valores morais, foi amada e respeitada pelo povo, que muito lamentou e sofreu com sua morte (cf. REICHL-HAM, 2007).

Outras mulheres também tiveram influência nesse processo/evento, entre as quais se destacam Maria Quitéria de Jesus Medeiros – baiana que integrou como soldado o “Batalhão dos Periquitos” e se destacou por atos de heroísmo em batalhas; Maria Felipa de Oliveira – negra que comandou a resistência popular na Ilha de Itaparica no enfrentamento às tropas e embarcações portuguesas; e a freira Joanna Angélica de Jesus – que se destacou pelo enfrentamento ao exército português em defesa de seu convento, o que lhe custou a vida. A saga dessas mulheres em prol da Independência mereceu reconhecimento expresso em lei de 2018 e, atualmente, elas se encontram inscritas no *Livro dos heróis e heroínas da pátria* (Lei nº 13.697, de 26 de julho de 2018; ver PINHEIRO, MATA & DURVAL, 2011).¹

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é apresentar uma revisão de literatura acerca das obras pertencentes ao acervo da *Biblioteca Histórica do Itamaraty* (BHI), no Rio de Janeiro, que abordam a trajetória das mulheres que participaram do evento da Independência do Brasil em 1822.

A vida das mulheres no Brasil colonial

O cenário no Brasil colonial não era favorável às mulheres, havendo uma distinção de condições de vida entre as de famílias mais abastadas e aquelas mais pobres. A colonização com forte influência religiosa impôs às mulheres uma moralidade difícil de ser atendida naquele período. Por um lado, os casamentos pareciam ser reservados às famílias mais abastadas, que podiam arcar com os seus custos e oferecer um dote à noiva. Por outro, as famílias mais pobres não tinham como fazer frente a essas despesas, o que levava a uniões consideradas informais, marcadas pela mancebia e ou concubinato (DEL PRIORE, 1994, p. 31):

As quase insuperáveis dificuldades de ordem financeira para o casamento, fossem custos da cerimônia ou de dotes, adicionadas à mobilidade espacial a dos homens, resultante das dispersivas atividades econômicas da colônia, deixavam nestes

¹ “Em Brasília, foi criado em 1986 o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. Trata-se de um memorial para homenagear os brasileiros que serviram à nação. Nesse panteão, no seu terceiro andar, encontra-se o chamado Salão Principal, no centro do qual repousa o belo Livro de Aço, que se trata do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Regulamentado pela lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, destina-se ao ‘registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo’. Os nomes incluídos nele são aprovados pela Câmara e pelo Senado e sancionados pela Presidência da República.” (REZZUTTI, 2018, p. 95)

arranjos uma possibilidade de vida sexual e familiar para ambos os sexos raramente desperdiçadas. [...]. Outros entraves que dificultassem o casamento, tais como o preconceito contra a mulher de cor, ou os 'parentescos espirituais', considerados pela Igreja 'crime de incesto', não ameaçavam absolutamente os concubinatos. (DEL PRIORE, 1994, p. 31)

As mulheres saíam do jugo do pai para cair no do marido, os casamentos eram arranjados pelos pais e, muitas vezes, meninas de apenas 12 anos se casavam com homens muito mais velhos. Isso fazia com que muito cedo se tornassem mães (cf. ARAÚJO, 2004).

Os casamentos de conveniência, regra entre as elites até o fim do século XIX, não asseguravam, tampouco, a felicidade dos maridos. Jovens esposas entregues a maridos idosos era algo que gerava tensões. Entre casados, o estupro não era reconhecido, e elas eram obrigadas a engravidar de um filho atrás do outro. Graças a tantos partos, envelheciam e morriam cedo. (DEL PRIORE, 2020, p. 42)

As taxas de mortalidade infantil eram bastante elevadas também pela precariedade da medicina nessa época, convivendo com o abandono de crianças às portas de famílias mais abastadas, abortos provocados ou espontâneos, e mortes provocadas dessas crianças (infanticídio) (cf. FIGUEIREDO, 2004).

Durante o período colonial, muitas mulheres viram-se diante da necessidade de abandonar os próprios filhos. [...]. Desde o século XVI esse problema preocupava eclesiásticos e administradores. [...]. No século XVII, o abandono de crianças passou a ser percebido entre a população de origem portuguesa. [...]. Durante o segundo e terceiro século de colonização, surge uma modalidade selvagem de abandono. Meninas e meninos com dias ou meses de vida não encontravam abrigo; eram deixados em calçadas, praias e terrenos baldios, conhecendo por berço os monturos, as lixeiras, e tendo por companhia cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas. (VENÂNCIO, 2004, p. 190)

Nas famílias mais abastadas, as mulheres permaneciam restritas ao lar e aos cuidados com a família. No entanto, às mais pobres, ao se verem impedidas de contrair matrimônio, viúvas ou abandonadas pelos maridos, somente restava a prostituição. Não raro, a prostituição envolvia mães e filhas, outras parentes, ou mesmo o consentimento de pais e maridos. Não se pode deixar de apontar as situações em que os proprietários de escravas as faziam se prostituir como forma de aumentar sua renda (FIGUEIREDO, 2004), inclusive senhoras da alta sociedade:

Escravas de 10 a 15 anos podiam ser vistas no Centro do Rio de Janeiro no século XIX em casas nas ruas da Alfândega e do Sabão seminuas, oferecendo-se aos transeuntes. Mas também havia a prostituição de luxo, lupanares suntuosos onde escravas muito bem-arrumadas por suas senhoras faturavam altas somas. Grande parte do que as escravas de ganho auferissem era repassado para o seu dono, porém uma parte ficava para si, e com isso, depois de muito trabalho, poderiam comprar a sua alforria (REZZUTTI, 2018, p. 52-3).

Outras trabalhavam também como padeiras e quituteiras, transformando-se em negras de tabuleiro, que ofereciam seus quitutes nas ruas. Outras pediam esmolas (*Idem*). "Muitas mulheres precisaram adotar a prostituição como estratégia de sobrevivência e manutenção de suas unidades domésticas. Também homens, incapazes de prover seus lares como pais ou padrastos, negociavam suas filhas e dependentes" (FIGUEIREDO, 2004, p. 164). Outro aspecto que não se pode ignorar é que, ao mesmo tempo em que a Igreja tentava impor regras morais rígidas, seus sacerdotes eram constantemente indisciplinados, se envolvendo com mulheres,

prostitutas e em outras atividades desonrosas. Isso contribuía para abalar a força da Igreja e a fé da população (FIGUEIREDO, 2004). Outra alternativa para as mulheres eram os conventos ou os recolhimentos leigos, que representavam espaços de reclusão para as mulheres.

Não somente as solteiras, mas muitas casadas também foram obrigadas a entrar neles por imposição do marido ou pai. Muitos homens, ao se ausentarem da cidade, colocavam suas esposas e suas filhas nos recolhimentos para que a honra delas ficasse protegida até que eles retornassem. (REZZUTTI, 2018, p. 71)

Os conventos recebiam mulheres de diferentes idades, desde a infância até a idade de noivar, visando mantê-las em segurança até o casamento. Muitas eram de famílias abastadas, que pagavam dotes para as filhas assumirem a vida religiosa; outras eram completamente desamparadas e entravam como servas. Algumas permaneciam temporariamente, outras optavam por permanecer e entrar efetivamente para a ordem religiosa (*Idem*).

À época havia a intenção de povoar as novas terras, mas também de manter a família como centro de difusão da fé católica. Isso a despeito das condições materiais desfavoráveis e da “[...] insegurança econômica” vigente (DEL PRIORE, 1994, p. 16). Essas dificuldades eram exacerbadas pela pouca educação das mulheres, embora as mais abastadas ainda tivessem acesso a um aprendizado que envolvia um pouco de leitura, escrita, línguas, trabalhos manuais e cuidados com o lar; mas às mais pobres era reservado somente o básico, apenas o necessário para cuidar da casa, do marido e dos filhos (ARAÚJO, 2004).

Várias mulheres se destacaram ao longo do tempo no Brasil, inclusive no período colonial, porém suas memórias permanecem pouco conhecidas e ou divulgadas, por falta ou escassez de documentação. Entre elas, pode-se citar as mulheres que administraram algumas capitâneas brasileiras: a senhora Brites de Albuquerque, esposa do donatário da capitania de Nova Lusitânia,² Duarte Coelho, que, após a morte de seu marido e dos filhos, assumiu a administração da capitania, defendendo a propriedade de índios hostis; na capitania de São Vicente,³ situada no litoral paulista, destacou-se Ana Pimentel, que era casada com Martim Afonso de Sousa, que a constituiu procuradora durante viagem ordenada pelo rei português à Índia (REZZUTTI, 2018, p. 44). Durante a sua administração:

Ela tomou diversas providências, como a introdução da cultura do arroz, da laranja e do envio do gado vacum para a capitania. Em 1544, uma das suas decisões abriu as portas para o alargamento das fronteiras dos domínios portugueses no Novo Mundo. Pelo alvará de 11 de fevereiro de 1544, d. Ana Pimentel revogou uma ordem anterior do marido, permitindo a entrada dos colonos portugueses no campo de Piratininga. Ou seja, passava a ser permitida a colonização serra acima na capitania de São Vicente, o que possibilitou a expansão portuguesa além do litoral. (*Idem*)

Na capitania do Espírito Santo, o destaque é da senhora Luísa Grimaldi, que assumiu a administração do empreendimento após o falecimento do marido Vasco Fernandes Coutinho

² Nova Lusitânia estava localizada onde se situam atualmente o sul do Estado de Pernambuco e o norte do Estado de Alagoas (*cf.* REZZUTTI, 2018).

³ Na época, incluía o território referente a São Paulo e ao Rio de Janeiro (*cf.* REZZUTTI, 2018).

Filho. Ela incentivou a ida de religiosos para a localidade, tendo doado aos franciscanos o Morro das Palmeiras, onde se localiza o Convento da Penha (REZZUTTI, 2018, p. 44).

Além da defesa da terra contra os indígenas, d. Luísa teve de enfrentar o corsário inglês Thomas Cavendish, que já havia saqueado diversas vilas do litoral brasileiro, além de navios transportando escravos e açúcar. Auxiliada por Miguel de Azevedo e com uma providencial aliança de última hora com o cacique Jupi-açu, conseguiu fortificar Vitória e atacar os corsários que tentaram desembarcar em 1592. Dos 120 piratas, quarenta foram mortos pelos defensores. (*Idem*)

Essas foram mulheres brancas, com condições mais abastadas, que assumiram posição de liderança na ausência da figura masculina, maridos e filhos. Porém não se pode deixar de mencionar as negras, que, apesar de todas as dificuldades da situação imposta pelo cativo, se destacaram. Aqualtune, filha do rei do Congo, foi um desses casos, pois, ao se abrigar no Quilombo dos Palmares, teve sua liderança reconhecida e recebeu um território para governar. Aqualtune foi avó do quilombola historicamente mais famoso: Zumbi dos Palmares.

Outras mulheres negras também se destacaram, como Dandara, mulher de Zumbi, e Teresa de Benguela, que governou o Quilombo do Piolho, no Mato Grosso, embora haja pouca documentação a respeito dos seus feitos (*Idem*).

Apresentado esse breve cenário da vida da mulher no Brasil e guardado o contexto da época, somente nas últimas décadas tem sido possível reconhecer, destacar e divulgar o papel exercido por mulheres no evento da Independência brasileira, entre as quais a imperatriz Leopoldina, Maria Quitéria de Jesus Medeiros e Joanna Angélica de Jesus.

As obras da Biblioteca Histórica do Itamaraty

A *Biblioteca Histórica do Itamaraty* (BHI), parte integrante *Museu Histórico e Diplomático* (MHD) e pertencente ao Escritório de Representação no Rio de Janeiro (ERERIO), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), acumulou nas últimas décadas um volume aproximado de 150 mil peças em seu acervo. Durante anos essa biblioteca serviu de suporte para o desenvolvimento das atividades diplomáticas, das relações exteriores e da política internacional brasileira.

Com obras datadas do século XV ao século XX, esse acervo, em sua maior parte, está depositado nas salas de guarda do Prédio da Biblioteca, desde a década de 1930. Com a missão de guardar, proteger, preservar e difundir o patrimônio bibliográfico da memória e da trajetória da diplomacia brasileira, hoje essa biblioteca atende às mais variadas demandas de pesquisas nacionais e internacionais.

As bibliotecas podem ser classificadas por diferentes tipos, que variam dependendo da sua finalidade e público a que se destinam (*cf.* LEIPNITZ, 2017). Entre os tipos mais conhecidos de bibliotecas pode-se citar: pública, nacional, escolar, universitária, especializada, entre outras.⁴

⁴ *Cf.* BRASIL. Ministério do Turismo. *Tipos de bibliotecas*. Secretaria Especial de Cultura, Sistema Nacional de Bibliotecas. 2022. Disponível em: www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-

Seguindo esse princípio, a BHI, no passado, foi categorizada como especializada, tendo em vista que sua coleção se desenvolveu sob a ótica das relações internacionais para dar suporte às atividades da antiga Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, hoje Ministério das Relações Exteriores.

Além do caráter especializado, atualmente ela também pode ser classificada pela tipologia de biblioteca patrimonial, pois, de acordo com Pedraza Garcia (2014) e Santos (2015), a expressão “biblioteca patrimonial” pode ser definida como aquela coleção histórica que possui valor cultural reconhecido e que está fisicamente instalada em instituições e centros históricos, a exemplo das bibliotecas que reúnem acervos de obras raras.

Sabe-se que algumas bibliotecas brasileiras possuem importantes acervos históricos, como a *Biblioteca Nacional*, a *Biblioteca do IHGB*, a *Biblioteca do Senado Federal*, entre outras; porém, se comparada a elas, pode-se afirmar que a BHI seja uma das únicas que se especializou em assuntos diplomáticos.

Em recente levantamento bibliográfico em função do bicentenário da Independência do Brasil, foram encontrados 79 títulos de livros e periódicos acerca dos vários temas relacionados a esse fato histórico. Desses, 26 títulos são datados do século XIX, o restante no século XX. Aproximadamente metade dessas obras foi publicada em períodos comemorativos como centenário, sesquicentenário da Independência, e ainda datas de aniversário de nascimento e morte das personalidades envolvidas no processo.

Não surpreendeu a presença maciça de livros sobre personalidades masculinas e de reconhecida projeção histórica, bem como das peças que tratam dos movimentos em prol do processo de emancipação da sociedade brasileira.

Contudo, considerando as especificidades do acervo voltado para a temática das relações exteriores, chamou a atenção os itens a respeito das mulheres que participaram ativamente do referido evento.

Nesse sentido, buscou-se, por meio da revisão de literatura, entender um pouco da narrativa sobre essas mulheres como personagens ativas na história brasileira e sobre o modo como foram inclusive descritas por autores homens, na maior parte das vezes. De acordo com França (2019), a revisão da literatura tem por objetivo traçar um panorama do tema escolhido, apresentando as principais abordagens e o escopo da teoria acumulada sobre uma temática em um recorte de obras selecionadas.

Entre essas obras encontradas até o momento se destacaram dez, que correspondem a menos de 1% desse acervo, por se referirem a essas mulheres reconhecidas como importantes personagens e influenciadoras da Independência do Brasil.

O **Quadro 1** apresenta a relação das obras selecionadas do acervo bibliográfico da BHI, indicando o ano de publicação, autoria e título da obra:

cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1/tipos-de-bibliotecas. Acesso em: 3 out. 2022.

Quadro 1 – Obras do acervo histórico da Biblioteca Histórica do Itamaraty sobre mulheres na Independência do Brasil

Ano	Autor	Título
1826	Eugenio Maria de Azevedo	Elegia à morte da serenissima senhora D. Maria Leopoldina Josefa Carolina imperatriz do Brasil
1827	Francisco de Montalverne	Oração fúnebre de Sua Magestade Imperial, a Senhora D. Maria Leopoldina Josefa Carolina, Archiduzesza d'Austria, e Primeira Imperatriz do Brasil que nas solemnes exequias, celebradas em o dia 15 de fevereiro deste anno
1827	Romualdo Antonio de Seixas Santa Cruz	Oração funebre da muito alta e augusta Senhora, D. Maria Leopoldina Jozefa Carolina... que nas solemnes exequias celebradas no dia 6 de março dese anno, na Igreja da Sta. Caza de Misericordia
1862	J. Norberto de S. Silva	Brasileiras celebres
1917	Carlos Augusto de Campos	As heroínas do Brasil: perfis biographicos da historia militar do Brasil
1922	Bernardino José de Souza	Joanna Angélica: a primeira heroína da independência do Brasil, na comemoração do primeiro centenario do seu sacrificio
1926	Arquivo Nacional	A imperatriz Maria Leopoldina: documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de dezembro de 1826
1936	Bernardino José de Souza	Heroínas bahianas; Joanna Angelica, Maria Quitéria, Anna Nery
1938	Luís Norton	A Côrte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina
1997	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	200 anos: Imperatriz Leopoldina

Fonte: elaborado pelo autor.

Pode-se observar que a maior parte (63,64%) das obras mencionadas tem como tema a Imperatriz Leopoldina, sendo que três delas tratam do seu falecimento. As demais 36,36% obras tratam de outras personagens, incluindo Joanna Angélica, Maria Quitéria e Anna Nery, entre outras. A maior parte (81,82%) é de autoria individual, sendo as demais 18,18% de autoria institucional (*Arquivo Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*). Ressalta-se que todos os autores individuais são do sexo masculino. O período de publicação variou entre o século XIX, em que foram publicadas 27,27% das obras, e o século XX, quando foram publicadas as demais obras (72,73%).

Entre as obras que adotaram a Imperatriz Leopoldina como tema, três foram publicadas nos anos de 1826 e 1827 e abordaram homenagens póstumas. As demais datam de 1926, 1938 e 1997.

A obra de Azevedo (1826) apresenta uma Elegia,⁵ em dez páginas, à Imperatriz, por ocasião do seu falecimento, com dedicatória e estrofes compostas por três versos (Figura 1).

Figura 1 – Página inicial da *Elegia*



Fonte: Azevedo, 1826, [s/p].

Dedicatória

Vós, que das graças sois encanto, e mimo,
Meu fúnebre acolhei sentido canto,
Que envolvido na dor consagra ás cinzas
D'aquella, que immortal no Solio Augusto,
Foi esmalte gentil do sexo amavel.
Hé fraca a oferta porque o dono he pobre;
Mas vem do coração, vem da verdade,
Lisonjas não conhece huma alma nobre. (AZEVEDO, 1826, Dedicatória)

A obra de Montalverne (1827, [p. 3-4]) apresenta considerações acerca das qualidades da Imperatriz, do quanto era querida pela população local, bem como elogios e desejos de que seja recebida nos céus com toda a honra merecida, devido às suas "[...] sólidas virtudes [...] e riquíssimo thesouro dos meritos sublimes, que ajuntou durante a sua vida sobre a terra".

Santa Cruz (1827) também exalta as qualidades da Imperatriz, ressaltando que estas a tornavam a companheira perfeita para D. Pedro em sua trajetória no Brasil. Há apenas uma

⁵ "1 Lit Poema grego ou latino composto de hexâmetros e pentâmetros alternados. 2 Lit Poema pequeno, consagrado ao luto ou à tristeza." (DICIONÁRIO MICHAELIS. *Elegia*. In. Dicionário Michaelis. Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/GVLG/elegia/>. Acesso em: 21 jun. 2022.)

menção breve e velada sobre a ausência de D. Pedro devido às rebeliões e os riscos a que se submeteu a Imperatriz ao apoiá-lo incondicionalmente.

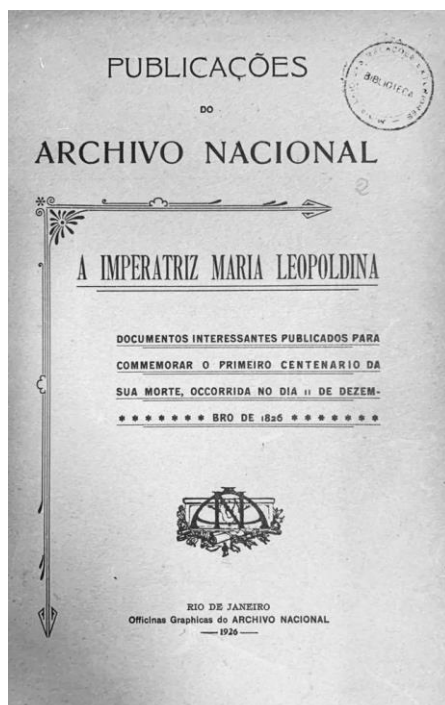
Se o bem do Estado exige a Presença do incansável Soberano em alguns Pontos do Império, ella só pode consolar-se desta temporária auzencia pela idéa da salvação publica, a que ella mesma não duvida concorrer, e sacrificar o seu descanso, encarregando-se em tão melindrosa conjunctura das redeas do Governo, onde mostrou, que era digna herdeira dos talentos de sua Immortal Progenitora Maria Theresa, assim como havia sido imitadora da sua coragem, e magnanimidade nomeio dessa crize violenta, com que o Eterno quiz imprimir em tão acrisolada Virtude o sello dos Predestinados, obrigando-A a sair precipitadamente com o tenro Filho nos braços, e evidente, perigo de vida, do próprio Palacio, e da Capital do Imperio. (SANTA CRUZ, 1827, [s/p])

Ainda é mencionada, em nota de rodapé, sua presença em sessão em que representou o governo devido à ausência do marido:

Ficando novamente S. M. a Imperatriz á testa do Governo durante a auzencia de seu Augusto Esposo na Província do Rio Grandé, foi logo atacada da moléstia, que causou a sua morte, e apenas pode assistir com bastante incommodo a hum Despacho, onde mostrou o mesmo interesse pela causa Publica, mandando ler todos os papeis, e fazendo judiciosas reflexões sobre as medidas, ou providencias, que elles continhão. (SANTA CRUZ, 1827, p. 24)

A publicação do Arquivo Nacional (1926), mediante a reunião de diferentes documentos, procura resgatar, além do perfil tradicionalmente exposto da Imperatriz, passagens que retomam seu papel na Independência do Brasil (Figura 2).

Figura 2 – Página inicial do livro *A Imperatriz Maria Leopoldina*



Fonte: Arquivo Nacional, 1926, [s/p].

Já no Prefácio da obra, Alcides Bezerra menciona tratar-se de “[...] uma reparação histórica, o pagamento de uma dívida imprescritível”, o reconhecimento do seu papel e influência na Independência do Brasil, inclusive pela desobediência à Corte portuguesa (ARQUIVO NACIONAL, 1926, [s/p]). A Imperatriz Leopoldina incentivou D. Pedro a permanecer no Brasil, reconhecendo, em alguns momentos, que a firmeza da decisão era mais frágil nele do que nela.

A acção de D. Leopoldina persistente, tenaz, para que D. Pedro se resolvesse a ficar no Brasil, desobedecendo às côrtes de Lisboa, patenteia-se na sua correspondência: «Elle está melhor disposto para os Brasileiros do que eu esperava – mas é necessário que algumas pessoas o influam mais, pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejaria.» Ainda na véspera do FICO, a princesa notava a indecisão do marido, em contraste com a sua firmeza: «O príncipe está decidido, mas não tanto quanto eu desejaria». Foi ella ainda que, estando investida nas funções de regente, presidiu á memorável sessão do Conselho de Ministros em que ficou deliberado o rompimento definitivo com Portugal. Iniciada a nova ordem de coisas, após o grito de Ipiranga, ella se preocupou com a defesa militar do throno e do país, acompanhando com interesse a marcha dos negócios políticos. (ARQUIVO NACIONAL, 1926, p. IV)

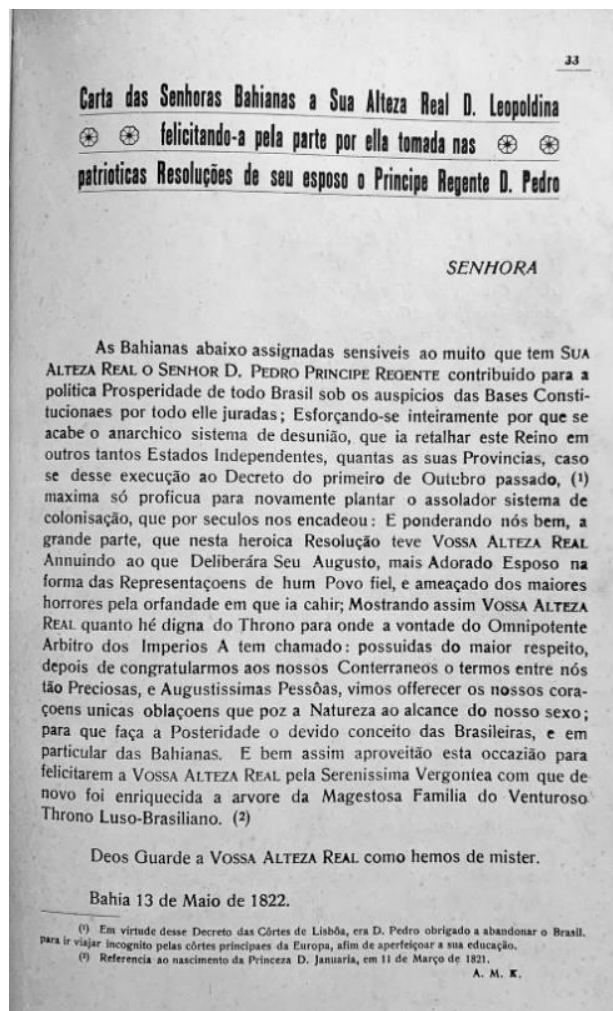
Figura 3 – D. Leopoldina, Archduqueza da Austria e Princesa Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves



Fonte: Arquivo Nacional, 1926, [s/p].

Entre os documentos relacionados no livro e que indicam a participação da Imperatriz Leopoldina no evento da Independência podem ser destacados a *Carta das Senhoras Bahianas* (Figura 4) e o *Juramento à Constituição Política do Brasil* (Figura 5).

Figura 4 – *Carta das Senhoras Bahianas* a D. Leopoldina



Fonte: Arquivo Nacional, 1926, p. 33.

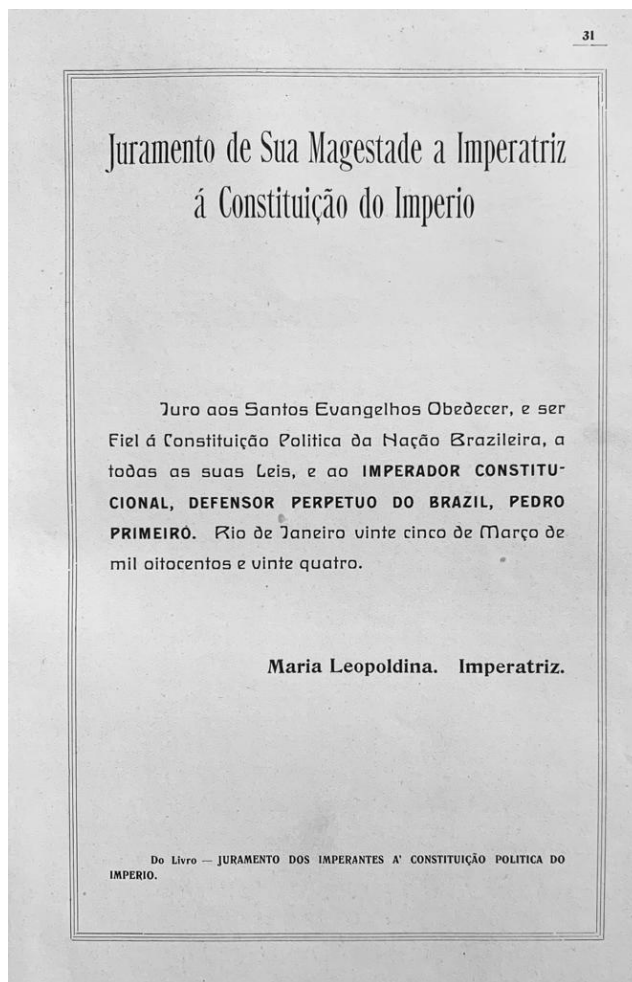
A influência da Imperatriz Leopoldina, no contexto externo, foi considerada de modesta relevância, apesar de sua origem. Contudo, a sua atuação no ambiente interno foi inestimável, uma vez que apoiou e favoreceu a tomada de decisão de D. Pedro, como ainda a decisão de não subordinação a Portugal (ARQUIVO NACIONAL, 1926).

Norton (1938), por sua vez (Figura 6), emprega mais detalhes na descrição do cenário político prévio à Independência, expondo também os conflitos diplomáticos de D. Pedro e D. Leopoldina, ambos de origem europeia e, por isso, inclinados a atender ao rei de Portugal, D. João VI. Entretanto, ambos já haviam se afeiçoado à terra, ao povo e ao modo de vida local, além de reconhecerem os aspectos políticos e econômicos envolvidos na situação. O autor conta em detalhes as condições de vida cotidiana até a morte da Imperatriz Leopoldina. Enfim:

Ligando a Casa de Bragança à Casa de Habsburgo, contra a vontade da Grã-Bretanha, D. João criou no Brasil uma força nova em que colaborava pessoalmente, como medianeira, a princesa real sua nora.

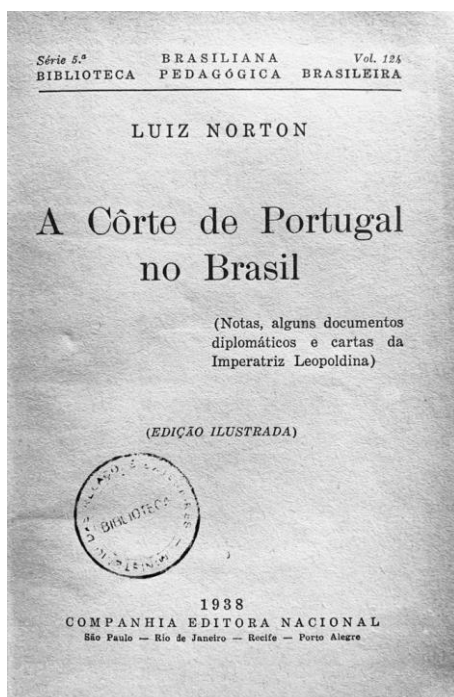
Quando D. João VI remigra, pelo triunfo da política inglesa em Viena, Dona Leopoldina sacrifica-se conscientemente a uma causa que era a dos seus ascendentes; aceita corajosamente a ideologia americana que não era a sua e, embora pressentindo que jamais retornaria à Europa, acompanha D. Pedro, trabalha para ele e para o Brasil, aceita a ingerência nos negócios políticos – ela que os detestava; fiscaliza as forças da Independência que ela reconhece ser inevitável e que abraça mais depressa do que o Príncipe; promove a vinda de tropas mercenárias; paga do seu bolso as despesas com os agentes recrutadores; suporta como mulher as maiores humilhações e tudo sofre e tudo suporta numa fidelidade sublime a D. Pedro e à causa brasileira. Suspeitam a certa altura do seu brasileirismo, censuram a sua correspondência particular, espreitam-na, desconfiados, os esbirros revolucionários; ela, porém, protesta e prova, afinal, o seu devotamento pelo Brasil e o grande heroísmo da sua dedicação por Dom Pedro. (NORTON, 1938, p. 295)

Figura 5 – Juramento da Imperatriz à Constituição Imperial



Fonte: Arquivo Nacional, 1926, p. 31.

Figura 6 – Página inicial da obra *A Côrte de Portugal no Brasil*



Fonte: Norton, 1938, [s/p].

A publicação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), de 1997, reuniu as comunicações elaboradas por ocasião do Simpósio Comemorativo do Bicentenário de Nascimento da Imperatriz Dona Leopoldina, buscando:

[...] ressaltar a relevância de sua contribuição ao processo de constituição do estado brasileiro à época da Independência, no contexto de uma vida breve e atribulada. Fazendo-o, resgatam uma temática histórica significativa, às vezes obscurecida pela busca exclusiva das estruturas históricas, ignorando a rede relacional entre elas e os indivíduos. (WEHLING, 1997, p. 5)

Entre as publicações reunidas na obra se encontra a de Araújo (1997), que destaca trechos das correspondências de Leopoldina, mencionando suas ações em prol do Brasil junto ao marido, D. Pedro. Em correspondência ao seu secretário Schäffer, Leopoldina se manifesta da seguinte maneira:

Fiquei admiradíssima ao ver aparecer, de repente, ontem à noite o meu esposo; ele está mais bem disposto para os brasileiros do que eu esperava, mas é preciso influir sobre ele através de várias pessoas, pois não está ainda tão seguramente decidido quanto eu desejaria. Diz-se aqui que a tropa portuguesa quer obrigá-lo a partir – tudo estaria então perdido e é altamente necessário impedi-lo. (ARAÚJO, 1997, p. 26)

Em outra correspondência ao mesmo destinatário, Leopoldina se manifesta de forma mais clara:

Esperam-se, aqui, muitas agitações para o dia de amanhã; ouviu dizer alguma coisa? O príncipe está preparado mas não tanto quanto eu desejaria, os ministros vão ser mudados e empregar-se-ão naturais do país que sejam ilustrados, e o governo será instituído à maneira dos Estados Unidos da América do Norte. Custou-me muito alcançar isso tudo – só queria poder inspirar ainda mais decisão. (ARAÚJO, 1997, p. 26)

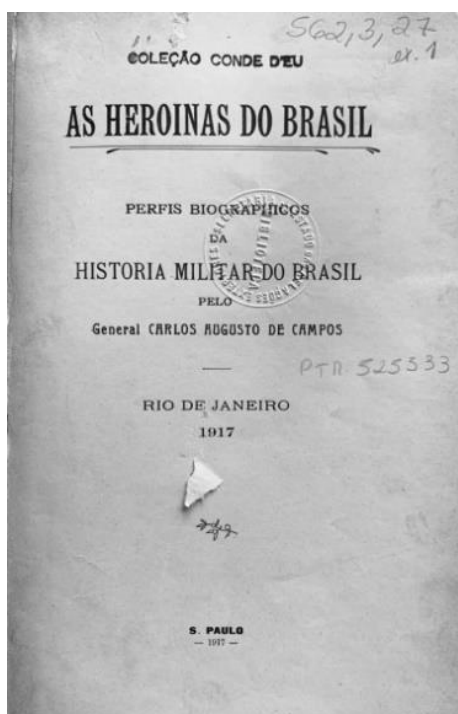
Outro documento importante é o decreto de 13 de agosto, por meio do qual D. Pedro nomeou a esposa sua representante junto aos expedientes dos ministros e secretários de Estado e o Conselho de Estado, com o seguinte teor: “[...] a qual fica, desde já autorizada, para, com os referidos ministros e secretários do Estado, tomar todas as medidas necessárias e urgentes ao bem e salvação do Estado; e de tudo me dará imediatamente parte para receber minha aprovação e ratificação” (ARAÚJO, 1997, p. 29-30). Assim, deu-se sob a presidência de Leopoldina a reunião do Conselho de Estado, na qual se decidiu que D. Pedro deveria proclamar, com brevidade, a Independência do Brasil. A princesa enviou um emissário a D. Pedro com tais notícias, incentivando reação imediata. Araújo, em franca homenagem a Leopoldina, observa que “Lamentavelmente é muito pouco difundido entre nós o papel que realmente desempenhou a primeira imperatriz nesses dias difíceis do início da nossa nacionalidade” (*Ibidem*, p. 34).

Não se pode deixar de mencionar o papel diplomático da futura Imperatriz do Brasil descrito na publicação do IHGB. Para Lyra (1997), o casamento com D. Pedro era a chance de garantir à Áustria uma importante influência na América. O matrimônio foi considerado um grande feito diplomático para ambos os lados e causou inclusive certo incômodo na Inglaterra.

Após a assinatura da independência, Leopoldina seguiria atuante, agindo diplomaticamente para que a independência do novo Império fosse devidamente reconhecida. Além disso, foi mérito dela a organização da chamada Missão Austríaca, permitindo que a nova nação começasse a conhecer sua própria identidade, tomando conhecimento de suas fauna e flora (*cf.* LYRA, 1997).

O livro intitulado *As heroínas do Brasil*, de autoria do General Carlos Augusto de Campos (1917), destacam-se alguns dados biográficos daquelas que o autor considera como heroínas brasileiras (Figura 7).

Figura 7 – Página inicial do livro *As heroínas do Brasil*



Fonte: Campos, 1917, [s/p].

Campos (1917, p. XII) lista 29 mulheres que “[...] merecem a honra de ser admiradas e veneradas pela história, embora algumas dessas patrícias, pouco conhecidas, não tenham ainda recebido de seus pósteros os laureis a que fizeram jús”.⁶ Neste artigo, somente serão mencionadas aquelas envolvidas nas questões relativas à Independência do Brasil.

A primeira dessas mulheres foi a soror Joanna Angélica, que tombou pelas armas dos soldados portugueses. Em 11 de fevereiro de 1822, o brigadeiro Luiz Ignacio Madeira de Mello assumiu o comando do exército português na Bahia, com o intuito de debelar as revoltas favoráveis à Independência. Em conflitos nos dias 17 e 18 e depois 19 e 20 do mesmo mês, as tropas mostraram sua brutalidade, invadindo o comércio, as casas de famílias e igrejas e conventos. O convento da Lapa, onde soror Joanna Angélica era abadessa, foi invadido no dia 19 de fevereiro. Tentando proteger as demais irmãs e a casa religiosa, soror Joanna Angélica enfrentou os soldados e recebeu no peito um golpe de espada que a matou (CAMPOS, 1917).

Souza (1922) narra com mais detalhes o contexto político da época, em livro dedicado às comemorações do centenário de morte de Joanna Angélica (Figura 8). O autor retroage ao ano de 1820 para mencionar a revolução liberal portuguesa e seus efeitos em terras brasileiras.⁷ À época, o governador da Bahia era o Conde da Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas, que era bastante moderado nas suas ações e tentava evitar qualquer movimento libertário local. Entretanto suas ações não foram suficientes, pois as que se desenvolviam em Portugal aumentavam a tensão no Brasil, de tal forma que, nos dias 19 e 20 de fevereiro de 1822, os soldados lusitanos leais a Portugal atacaram indiscriminadamente vários estabelecimentos, entre os quais o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa.

Segundo Souza (1922), há duas versões distintas sobre o evento, ambas pautadas em documentos que também são contraditórios. Uma das versões se baseia no relato do General Ignacio Luiz Madeira de Mello, que procura amenizar as atrocidades cometidas pela tropa sob seu comando, inclusive a invasão do Convento da Lapa, alegando haver inimigos escondidos no local e que hostilizaram as tropas. Dessa forma, a morte de soror Joanna Angélica foi transformada em um evento não intencional, uma vez que há alegação de que a abadessa se colocou atrás da porta no momento em que esta foi arrombada, sendo ferida. A outra versão expõe as ações cruéis dos soldados portugueses, com invasões, roubos, mortes indiscriminadas de cidadãos, entre eles soror Joana Angélica, que fora atingida por uma baioneta quando abriu

⁶ “Essas heroínas são: Annita Garibaldi, a celebre guerreira dos Dois Mundos; D. Anna de Alencar Araripe ou Anna Triste; D. Anna Justina Ferreira Nery, ‘a mãe dos brasileiros’; D. Anna Lins; D. Anna e D. Antonia, irmãs de Bento Gonçalves; Benta Pereira, a denodada campista; D. Clara Camarão, cognominada com justiça, ‘Camilla Brasileira (sic)’; Damiana da Cunha, ‘A missionaria’; D. Francisca Sandi; Florisbela; D. Ignez Ferreira da Silva; D. Ignez Augusta Ferreira de Almeida; D. Joanna de Gusmão; Soror Joanna Angelica; D. Ludovina de Albuquerque Portocarrero, Baroneza do Forte de Coimbra; D. Maria de Souza; Maria Barbara; D. Maria Ursula de Abreu Lencastre, o Valoroso Soldado (sic); Maria de Jesus; Maria da Conceição Curupaity; Francisca Beriba; Maria Brasilia da Silva Barreto; D. Francisca de Sampaio Botelho; Maria Ortiz; D. Rosa Maria de Siqueira, a heroína paulista; D. Rosa da Fonseca, mãe de Marechal Deodoro; a contemporânea D. Isabel de Orleans, Condessa D’Eu, Princesa Imperial do Brasil, chamada ‘A Redemptora’.” (CAMPOS, 1917, p. XII)

⁷ A revolução liberal portuguesa reivindicava o retorno de D. João VI, a obediência à Constituição e a recolonização do Brasil.

a porta do claustro, que os soldados pretendiam arrombar. O autor assevera, ao final, que vários outros estudiosos do assunto corroboram o relato da segunda versão.

Figura 8 – Soror Joanna Angélica



Fonte: Souza, 1922, [s/p].

Na obra de 1936, Souza reapresenta as informações sobre soror Joanna Angélica, em conformidade com a versão de 1922. Como contribuição da obra, extraiu-se que o Termo de Falecimento da Abadessa foi registrado em Livro próprio no dia 20 de fevereiro de 1822, entre as onze e doze horas, sem receber os sacramentos, devido à morte súbita e decorrente de ter sido alvejada por uma baioneta.

Maria de Jesus, ou Maria Quitéria de Jesus, ou Maria de Medeiros (Figura 9) era filha de portugueses, morava na Bahia, não tinha instrução, mas era excelente atiradora devido aos exercícios de caça (CAMPOS, 1917; SILVA, 1997; SOUZA, 1936). Seu pai hospedou, certa vez, um emissário que solicitava a adesão das pessoas à causa da independência. Isso a encantou e inspirou a se disfarçar para se alistar no regimento de artilharia. Por seu destacado desempenho em combate, culminou por ser promovida para o batalhão dos Periquitos. Permaneceu lutando com o exército brasileiro mesmo depois de revelada a sua identidade. Após a conquista da soberania brasileira, foi reconhecida pelo Imperador, que a honrou com o soldo de alferes de linha, a partir de 1823 (CAMPOS, 1917).

Em sua narrativa, Souza (1936) cita trechos do encontro entre Maria Quitéria e Maria Graham, registrados pela escritora inglesa em seu diário e publicado em 1824 como *Journal of a Voyage to Brazil*:

Visitou-me hoje Dona Maria de Jesus, a moça que ultimamente se distinguiu na guerra do Reconcavo. Seus trajes são os de um soldado dos batalhões do Imperador, acrescidos de uma espécie de avental curto, de lã que ella me disse haver copiado de uma gravura representando um *high lander*, porque bem se

adaptava a um traje militar feminino. [...] As feições de Maria especialmente olhos e testa, apresentam acentuados traços indígenas. [...] Nada notei de peculiar no seu procedimento à mesa, a não ser que come ovos ao almoço e peixe, ao jantar, com farinha e nunca com pão; e que fuma um cigarro após cada refeição.

Além disso, foi no diário de Maria Graham que encontraram o retrato de Maria Quitéria (Figura 9) encomendado pela escritora inglesa e que serviu de modelo para os outros que foram reproduzidos posteriormente (SOUZA, 1936).

Figura 9 – Maria Quitéria de Jesus



Fonte: Souza, 1936, [99 p].

Souza (1936) ainda registra que, no retorno à cidade de Salvador, integrando o batalhão de que fazia parte, Maria Quitéria agradeceu, às portas do claustro do Convento de Nossa Senhora da Soledade, a saudação recebida das freiras.

Por fim, a obra de Silva (1997) reúne informações semelhantes às anteriormente mencionadas sobre soror Joanna Angélica, Maria de Medeiros e as senhoras paulistas, que empenharam sua gratidão e respeito à Imperatriz Leopoldina, como também seu inequívoco respeito, adesão e comprometimento com a Independência do país.

Considerações finais

A *Biblioteca Histórica do Itamaraty* conta com dez obras relativas à participação de mulheres no processo de Independência do Brasil. Essa quantidade de obras representa menos de 1% do total do acervo dessa instituição. A maior parte das obras se refere à Imperatriz Leopoldina, especialmente no que concerne à temática do seu falecimento, retratando de forma discreta sua relevância no processo de Independência brasileira, mormente pelo seu apoio ao marido e participação política em reunião ministerial. Outras mulheres mencionadas são Joanna Angélica, Maria Quitéria e as senhoras baianas e paulistanas, com menor destaque.

Contudo, percebe-se, além da ausência no acervo da BHI, quantidade pouco expressiva de publicações oficiais sobre outras personalidades femininas, como Maria Felipa de Oliveira, que sobrevive fortemente na cultura oral popular da Bahia, com o reconhecimento devido ao seu imaginário heroico e sendo, para a comunidade local, motivo de muito orgulho (cf. CORREIA, 2022).

Cumprir lembrar também a importância da pintora, escritora e historiadora inglesa Maria Graham, ligada à Família Imperial Brasileira, que se destacou como a voz feminina em meio a uma historiografia predominantemente masculina. Ela foi autora de um diário sobre o Brasil, relatando não só seu encontro com Maria Quitéria, mas também como foi o processo de Independência (ver PORTO, 2020), consagrando-se como relevante fonte e registro a respeito do assunto, com a história narrada pelo ponto de vista de uma mulher, algo raro no período.

Em pesquisa ampla realizada nos acervos bibliográficos de outras instituições, como a *Biblioteca Nacional*, *Biblioteca do IHGB* e *Biblioteca do Senado Federal*, foram encontradas obras relacionadas à Independência do Brasil escritas por renomados historiadores, como Afonso d'Escragolle Taunay e Manuel de Oliveira Lima. No acervo da BHI existe um total de 72 obras dos referidos autores, porém de outros acontecimentos relacionados à história do Brasil, além de temas como direito, linguística, diplomacia, botânica e outras. A justificativa para isso talvez seja o fato de se tratar de obras que a biblioteca recebeu por meio de doação ao longo dos anos. Isso explica inclusive a existência, na coleção, de exemplares com outras temáticas diferentes das especificidades do acervo.

Apesar de tardios, alguns reconhecimentos públicos sobre a importância do papel desempenhado por essas mulheres vêm aparecendo. Acredita-se, inclusive, que muitas outras mulheres estiveram envolvidas nas lutas pela independência brasileira e merecem ser estudadas e reconhecidas.

Considerando que o recorte da abordagem deste texto limitou-se às personagens femininas e seu envolvimento com o evento da Independência brasileira, sugerem-se, portanto, estudos similares sobre as outras personagens femininas identificadas no acervo da BHI e seu desempenho no processo e desenvolvimento histórico e social do Brasil.

Referências

Obras do Acervo da BHI

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *A imperatriz Maria Leopoldina: documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de dezembro de 1826*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Archivo Nacional, 1926.

AZEVEDO, Eugenio Maria de. *Elegia á morte da serenissima senhora D. Maria Leopoldina Josefa Carolina imperatriz do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de P. Plancher-Seinot, 1826.

CAMPOS, Carlos Augusto de. *As heroínas do Brasil: perfis biographicos da historia militar do Brasil*. Rio de Janeiro; S. Paulo: s. ed., 1917.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

MONTALVERNE, Francisco de. *Oração fúnebre de Sua Magestade Imperial, a Senhora D. Maria Leopoldina Josefa Carolina, Archiduqueza d'Austria, e Primeira Imperatriz do Brasil que nas solemnes exequias, celebradas em o dia 15 de feveireiro deste anno*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1827.

NORTON, Luís. *A Côrte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5ª. Brasileira; v. 124).

SANTA CRUZ, Romualdo Antonio de Seixas. *Oração funebre da muito alta e augusta Senhora, D. Maria Leopoldina Jozefa Carolina... que nas solemnes exequias celebradas no dia 6 de março dese anno, na Igreja da Sta. Caza de Misericordia*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 1827.

SILVA, J. Norberto de S. *Brasileiras celebres* [ed. Fac-similar, 1862]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1997.

SOUZA, Bernardino José de. *Heroínas bahianas: Joanna Angelica, Maria Quiteria, Anna Nery*. São Paulo: José Olympio, 1936.

SOUZA, Bernardino José de. *Joanna Angélica: a primeira heroína da independência do Brasil, na commemoração do primeiro centenario do seu sacrificio*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1922.

Bibliografia geral

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In. DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 45-77.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de. D. Leopoldina e a independência do Brasil. In. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997, p. 9-11.

BRASIL. Poder Executivo. "Lei nº 13.697, de 26 de julho de 2018. Inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sóror Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria". Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/27443138/publicacao/27443197>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Tipos de bibliotecas*. Secretaria Especial de Cultura, Sistema Nacional de Bibliotecas. 2022. Disponível em: www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1/tipos-de-bibliotecas. Acesso em: 3 out. 2022.

CORREIA, Ivaldo. *Maria Felipa de Oliveira: uma heroína da independência*. Rio de Janeiro: MAST, 2022. Disponível em: www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/maria-felipa-de-oliveira-uma-heroína-da-independência#:~:text=Maria%20Felipa%20nasceu%20na%20Ilha,independ%C3%Aancia%20do%20Brasil%20na%20Bahia. Acesso em: 25 jun. 2022.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a História).

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000*. São Paulo: Planeta, 2020. *E-book*.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 373-382, 1994.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Elogia. In. *Dicionário Michaelis. Melhoramentos, 2022*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/GVLG/elogia/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. P, 141-88.

FRANÇA, Júnia Lessa.; VASCONCELLOS, Ana Cristina de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. & BORGES, Stella Maris. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 10. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, 250 p.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. *O antilusitanismo na Bahia do primeiro reinado (1822-1831)*. 2015. 294f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

LEIPNITZ, Fernando. *Política de avaliação e seleção de doações em acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria*. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

LYRA, Maria de Lourdes. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 3, p. 105-122, maio 2006.

LYRA, Maria de Lourdes. Presença da mulher na política: manifestações coletivas: séculos XVIII ao XIX. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 166, n. 428, p. 137-159, jul./set. 2005.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Relações diplomáticas e interesses políticos no casamento de D. Leopoldina. In. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997, p. 5-8.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 28, n. 64, p. 33-50, sept./dic. 2014.

PORTO, Denise G. *Maria Graham: uma inglesa na independência do Brasil*. Curitiba: CRV, 2020.

PINHEIRO, Walter; MATA, Lídice da & DURVAL, João. *Projeto de Lei do Senado nº 535/2011*. Inscreve os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=612899&ts=1630448089096&disposition=inline>. Acesso em: 20 jun. 2022.

REICHL-HAM, Claudia. *A imperatriz Leopoldina e sua importância para o Brasil*. Embaixada da Áustria no Brasil, Brasília, maio de 2007. Disponível em: www.bmeia.gv.at/fileadmin/user_upload/Vertretungen/Brasilia/Dokumente/A_imperatriz_Leopoldina_e_sua_importancia_para_o_Brasil.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil: a história não contada*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989, 193 p.

SANTOS, Renata Ferreira. *A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica*. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, J. Norberto de S. *Brasileiras célebres*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1997.

SLEMIAN, Andrea & TELES, Danielly de Jesus. As mulheres, a imprensa e a Independência do Brasil: a participação política do “belo sexo” e seus impasses. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 74, n. 1, jan./mar. 2022.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 189-222.

WEHLING, Arno. Imperatriz D. Leopoldina: Introdução a um Simpósio. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997, p. 5-8.